

A HIGIENE COMO TEMPO E LUGAR DA EDUCAÇÃO DO CORPO: PRECEITOS HIGIÊNICOS NO CURRÍCULO DOS GRUPOS ESCOLARES NO PARANÁ

Lausane Corrêa Pykosz
Marcus Aurélio Taborda de Oliveira

RESUMO

O trabalho procura discutir como a retórica da moralização, higienização e civilização dos costumes tinha o corpo dos escolares como um dos elementos mais significativos na afirmação dos grupos escolares como veiculadores do projeto da formação integral da infância brasileira nas primeiras décadas do séc. XX. Registrados na imprensa pedagógica e diária, relatórios, correspondências, materiais didáticos e códigos de ensino da instrução pública, esses debates procuravam afiançar a necessidade do poder público investir conhecimentos e recursos na formulação e implantação de dispositivos que teriam como função precípua a educação do corpo dos escolares pela via da inculcação de preceitos higiênicos.

Palavras-chave: História da educação – história do currículo – higiene – educação do corpo.

ABSTRACT

This work intends to discuss the rhetoric of moral, hygiene, and civilization achieved the bodies of students, as a meaningful element to the school group affirmation. A model took as the medium of integral formation Project for Brazilian youth, through the years 1900-1920. The debates were recorded in pedagogic and diary press, reports, mails, or materialized in didactic material and teaching codes of public school system; these debates sought to assert the need for public investment on knowledge and resources for implantation of a complex of gadgets that ought to educate the bodies of students by implant of hygienic precepts.

Key words: History of education – curriculum history – hygiene – body education.

RESUMEN

Este trabajo se propone discutir como el retórico de la moral, higiene, y la civilización alcanzó a los cuerpos de estudiantes, como elementos significativos a la afirmación de la escuela graduada como propagadora del proyecto integral de la formación para la juventud brasileña a lo largo de los años 1900-1920. Registrados en la prensa pedagógica, informes, correos, material didáctico y códigos de enseñanza del sistema escolar público, estas discusiones intentaron afirmar la necesidad de la embestida pública en conocimiento y los recursos para la implantación de dispositivos que deben educar a los cuerpos por el implante de preceptos higiénicos.

Palabras claves: Historia de la educación - historia del plan de estudios - higiene - educación del cuerpo.

Introdução: múltiplas dimensões do currículo e da educação dos corpos dos escolares

Com as freqüentes discussões sobre a Instrução Pública primária por parte de diferentes agentes ligados às causas do ensino, nos mais diversos âmbitos educacionais, os grupos escolares foram ganhando cada vez mais a atenção dos governantes no Brasil nos anos iniciais do séc. XX. A escola tornava-se naquele contexto um lugar de disseminação das pretensões quanto ao progresso da nação e a civilização da sociedade, visto que era na criança que se identificava o meio mais proveitoso de se inculcar novos hábitos e costumes. Tiveram lugar de destaque no presente trabalho algumas dimensões que ajudariam a definir o currículo: os espaços e tempos escolares e as práticas educativas que incidiriam sobre o corpo dos escolares, sob o ponto de vista da higiene. Ou seja, uma articulação entre o engendramento do currículo da escola primária brasileira e a educação dos corpos dos escolares, notadamente no que se refere às prescrições quanto aos tempos, espaços e práticas voltadas para a higiene dos escolares. Entendendo a prescrição como apenas uma das dimensões do currículo, não pretendemos discutir a efetiva implementação desses dispositivos no interior das escolas, ainda que reconheçamos que o estudo histórico do currículo exija a confrontação entre o que foi prescrito e os usos ou formas de apropriação das prescrições pelos agentes escolares, neste caso, no que se refere à higiene no currículo.

O discurso que sustentava a formulação de várias políticas estatais propagava os preceitos higiênicos e a pedagogia moderna para as formas de localização e espacialização do prédio escolar, além das práticas que ali deveriam ter lugar. Este investimento sobre o corpo dos escolares denota uma preocupação com projetos que transcendem os discursos sobre a escolarização. Em uma sociedade que se *modernizava* de forma acelerada, novas práticas escolares ajudariam a forjar novas sensibilidades necessárias até mesmo para definição do *tipo brasileiro*, para a brasilidade. Assim, esse novo espaço escolar, juntamente com o tempo escolar e a redefinição das práticas da escola, por sua vez, deveriam inculcar nos corpos dos escolares atitudes diversas que remeteriam à disciplina, à brincadeira organizada, ao recato, ao controle, a formas sutis de ação que definiriam um determinado modelo de formação pela via dos comportamentos. Pode-se afirmar com alguma segurança que esse projeto de formação tinha a sua centralidade no corpo dos alunos. Daí o nosso entendimento que os projetos que intentaram reformar a escolarização primária no Brasil sempre tiveram o corpo infantil como o seu ponto de chegada fundamental.

A higiene como lugar da educação do corpo: algumas prescrições

A Higiene configurada como parte do programa escolar apresentava saberes que incidiam diretamente na educação do corpo do escolar, fazendo parte de um grupo de disciplinas com o mesmo objetivo, tais como: Trabalhos Manuais, Prendas Domésticas, Ginástica, Exercícios Militares e Canto. Entretanto, os saberes da higiene apareceram também associados a algumas dessas e outras disciplinas, além de tempos e lugares não necessariamente disciplinares. No entanto, para o historiador são possíveis apenas aproximações daquilo que ocorreria nas escolas, no que se refere às medidas utilizadas pela higiene para a educação do corpo do aluno, com o intuito de formá-lo segundo uma sociedade “civilizada” que se pretendia saudável, higienizada e ordenada. As formas de desenvolvimento das prescrições de novos hábitos e costumes podem, com freqüência, ser identificadas pelos discursos em relatórios de Instrução Pública e

Saúde Pública, bem como pelas teses apresentadas nos congressos ligados à educação e à higiene.

A intenção dos formuladores de diferentes idéias sobre a importância de uma educação do corpo pela via da higiene era romper com os costumes ditos impróprios, vindos de casa. Ou seja: que a criança levasse os bons hábitos para o convívio de seus familiares, pois acreditava-se que era mais difícil ensinar novos hábitos de vida aos adultos “quando os seus costumes actuaes não lhes parecem ter sido prejudiciaes ao bem estar” (Janney, 1923, p. 250). Dessa forma, o investimento deveria se dar sobre as crianças, pois, segundo o conferencista do I Congresso Brasileiro de Higiene e membro da comissão Rockefeller, era por meio da instrução administrada a elas que se podia alcançar o objetivo para os “anos vindouros” e o primeiro passo a ser dado, então, seria o de proporcionar à criança a vida higiênica pela qual poderia adquirir sua educação (idem).

Essa aquisição da higiene mediante a educação abriria espaço para a inserção da medicina no ambiente escolar. Era ressaltada a importância da presença dos médicos nas escolas auxiliando no controle das instalações físicas, contribuindo com o professor na acentuação dos valores higiênicos e morais, mas principalmente, para que se prevenisse a proliferação de epidemias e moléstias. No entanto, em 1917 não se pôde evitar o fechamento das escolas, quando se encerraram as atividades das escolas simples, jardins de infância e grupos escolares de Curitiba no mês de outubro por medidas higiênicas, devido ao “má estado sanitario da cidade” (Silva, 1917, p. 178).

Questões como estas eram discutidas por instituições como a Organização Sanitária Escolar do Estado do Paraná, um dos órgãos responsáveis pela disseminação dos preceitos de higiene nas escolas, e assunto de um texto do Dr. Fontenelle (1924), do Departamento Nacional de Saúde Pública na revista *O Ensino*. Neste texto, o autor argumenta sobre a importância do problema da saúde na escola, sugerindo que a correção dos defeitos corporais (da visão e da audição, vegetações adenóides, hipertrofia das amídalas, cárie dentaria, etc.) e a cura de doenças, o quanto antes, permitiriam a aceleração do crescimento e trariam uma melhora no aproveitamento escolar, além de acrescentar: “por outro lado, está perfeitamente reconhecido o grande valor do ensino das noções elementares de hygiene e a indispensavel necessidade da criação de bons habitos de vida, o mais cedo, possível, esforço esse que pode e deve ser tentado desde a escola, e até, em certos casos, na idade pre-escolar” (p. 141).

A educação do corpo, aqui representada pela higiene, fazia-se fundamental para o desenvolvimento da escola. As doenças, principalmente as enfermidades dos órgãos dos sentidos, eram os conteúdos mais freqüentes para o ensino nas escolas primárias do Estado, embora os programas da disciplina Higiene apresentassem uma variedade maior de saberes. A educação higiênica e sanitária passaria também a fazer parte das tarefas que as professoras primárias deveriam cumprir. Já no ano de 1909, em decorrência da participação de Santiago (1909) no IV Congresso Médico Latino Americano, era defendida, entre as funções do médico inspetor, a realização de curso de higiene elementar, que contaria “com assistencia obrigatoria do professor, em cujo curso [o médico inspetor] demonstrará de um modo mais simples possível as vantagens da hygiene individual” (p. 204). O grau de preocupação com o tema era tal que o periódico *Archivos Paranaenses de Medicina*, de 1920, apresentou a programação, do Curso de Hygiene Elementar instituído pelo Serviço de Profilaxia Rural para os professores públicos, chegando a listar a relação de conteúdos abordados, bem como enaltecia a grande repercussão do evento: “as sabbatinas foram assistidas pelo Inspector Geral do Ensino, Director do Gymnasio e Escola Normal, varios lentes desses

estabelecimentos de ensino, inspetores escolares, representantes da imprensa e numerosas pessoas gradadas” (p. 240).

A relação de conteúdos lecionados nos cursos de formação de professores para o ensino da higiene, indica que os professores deveriam ter conhecimentos quanto às doenças e males que poderiam afetar seus alunos e, conseqüentemente, seus tratamentos e cuidados. Entre os demais conteúdos – todos relacionados às doenças – a presença de conhecimentos ligados à morfina, cocaína e álcool, elementos que poderiam gerar vícios e que, nesse documento especificamente, são tratados como doença, o que aponta para a associação da higiene com a cruzada moralizadora que tinha, principalmente na higiene escolar, importante sustentação.

No ano seguinte, eram ofertadas também palestras durante a reunião de diretores dos grupos do interior e da capital promovida pela Inspetoria Geral de Ensino, sob a responsabilidade do Inspetor Geral de Ensino, César Prieto Martinez, que expôs seu entendimento sobre os grupos escolares. Aproveitando o agrupamento dos diretores dos grupos escolares do Estado, Gomes (1921), inspetor médico-escolar, fez uma palestra “sobre hygiene em geral, cuidados com as mãos e os olhos, molestias da pelle e do couro cabelludo, curativos urgentes, medidas a empregar para se conseguir o desejado asseio nas escolas” (p. 26-27). Novamente a ênfase foi dada às doenças, mas não descuidando das instruções sobre a higiene pessoal do aluno e do espaço da escola.

Outro espaço de disseminação dos conteúdos para os professores seriam as conferências e congressos. Na I Conferência Nacional de Educação, foram expostas, em uma das teses, orientações para a educação das crianças em seus aspectos físicos aconselhando a criança, neste caso, educar-se fisicamente por meio da ginástica, principalmente a sueca; ter asseio, sobriedade e método; não envolver-se com narcóticos e freqüentar lugares impróprios; amar a pureza, sociabilidade, economia; pois somente assim tornaria-se “verdadeiramente digno das funções a que é chamado na sociedade” (Xavier, 1997 [1927], p. 69).

A importância das práticas corporais nas escolas foi discutida por vários órgãos relacionados à educação, saúde e serviço militar, todos acentuando os benefícios dessas práticas. Nas palavras de Xavier percebemos a aproximação da ginástica, como meio para exercitar o corpo da criança, com a busca pela formação de atitudes pertinentes à saúde, à moral e à sensibilidade do aluno pelo corpo, procurando manter a criança longe de vícios. Linhares (2006) nos mostra como essas preocupações não estavam restritas a poucos âmbitos isolados, mas ganhavam força no interior da própria ABE ao longo da década de 1920. A associação da higiene com a moral merece atenção visto que muitas das condutas defendidas pelos higienistas e educadores abarcavam questões morais. Se a criança respondesse aos preceitos higiênicos, estaria satisfazendo também os preceitos morais. A ênfase na educação do corpo estava inserida num projeto maior de moralização/civilização dos costumes.

Os higienistas se preocupavam também com os momentos de descanso da mente do aluno, os intervalos entre as aulas, muitas vezes, como momentos de recreio, exercícios físicos e/ou canto. Essas questões faziam parte da teoria da “higiene mental”, que se baseava na fadiga mental a qual poderia ser ocasionada por muitas horas de estudos consecutivos. A própria defesa da introdução de exercícios físicos, ginástica e recreio nas escolas vinha, muitas vezes, apoiada nos preceitos higiênicos (Xavier, 1909, p. 17). Vago (2002, p. 235) ressalta a importância de mesclar essas práticas com outras atividades escolares, acentuando “uma preocupação de caráter higiênico, revelada na pretensão de proporcionar às crianças um descanso dos trabalhos considerados intelectuais, realizados nas outras cadeiras, em sala de aula”. Os exercícios físicos

fixariam-se nas escolas, devido à “crença em suas possibilidades de transformar os corpos das crianças, representados como raquíticos, débeis e fracos, em desejados corpos saudáveis, belos, robustos e fortes” (p. 219). Além da correção, pretendia-se a constituição de novos corpos.

Para Martinez (1921, p. 58), a educação física, considerada como base da educação moral e intelectual, deveria ter a mesma atenção dada à educação do espírito, desenvolvendo harmonicamente a robustez e a destreza do corpo, de acordo com as condições anatômicas e fisiológicas do educando. Para ele, “si ha uma Sciencia da Educação, ella abrange a aptidão physica e estabelece leis tão rigorosas, postulados os mais exigentes, para que essa aptidão realize verdadeira obra de aperfeiçoamento”.

Mas mesmo em anos anteriores já se podia observar a emergência desses discursos de enaltecimento do corpo, da saúde, da higiene. Segundo Petriche (1908, p. 13), era dever do professor primário “encarar a educação da criança sob o seu tríplice aspecto, cuidando simultaneamente do seu desenvolvimento physico, intellectual e moral. *Mens sana in corpore sano* e por isso considero de grande importancia a educação physica pelo auxilio que incontestavelmente presta á educação moral”. A tríade que contemplaria a educação integral do homem permanecia nas discussões de intelectuais no século XX com o novo modelo educacional: “de uma escola de primeiras letras vai lentamente, a escola, transformando-se numa instituição responsável pela transmissão de saberes, sensibilidades, valores cada vez mais ampliados e complexos” (Faria Filho, 2002, p. 24).

A Inspeção Médico-Escolar (IME), implementada oficialmente no Paraná em 1921, pela lei 2065, conjuntamente com outras ações da reforma do ensino elaborada pela Inspeção Geral do Ensino, liderada por Martinez, veio para exercer um papel na Instrução Pública do Paraná há tempos reclamado pelas autoridades de ensino, vista sua necessidade para o progresso da educação. Antes da reforma, havia um controle escolar que se pautava nos preceitos higiênicos, como é o caso da “inspeção escolar”, pela qual era prevista a visita de médicos ao menos uma vez por mês nas escolas da capital e cidades ou vilas, ou sempre que possível e necessário, frisando que o cargo de Inspetor Escolar preferencialmente deveria ser exercido por um médico para proceder a inspeção da higiene escolar (Paraná, 1917). Este serviço foi requerido, no Paraná, com o intuito de prestar “inestimáveis serviços á saúde dos alumnos e professores” (Martinez, 1920, p. 24), portanto, mudando o foco dos objetivos que tinham os inspetores escolares, que se centravam mais na higiene física dos estabelecimentos de ensino.

Importante o investimento feito pelo Governo com a compra de materiais para a realização de exames antropológicos, com a função de medir o corpo da criança e assim, classificá-la. A Antropologia, que até a década de 1940 foi fortemente influenciada por um ideário de hierarquização evolucionista, trazia em sua prática a pesquisa de dados antropomórficos, tamanho, peso, tamanho do crânio, membros, entre outros. Pelas fichas utilizadas pelo serviço de IME, por nós localizadas, é de se supor que esse ideário chega às escolas paranaenses. Em 1933, foi instituído um regulamento relativo ao serviço de carteira de saúde, na qual eram apontados os resultados dos exames de capacidade física e mental do aluno. Sem dúvida esses exames se caracterizavam como uma forma de educação do corpo na escola. A inserção de observações, medições e classificações na escola por médicos e professores tinham associação com a tentativa de fazer da pedagogia uma ciência, incorporando a ela então conhecimentos da antropologia, psicologia, biologia, medicina e psiquiatria, “cujas fronteiras não eram muito nítidas” (Carvalho, 1997, p. 273).

Em Curitiba, Gomes (1921, p. 126) verificou que a maioria dos alunos constituía de crianças “robustas e sadias”, mas relatava também “a impressão desagradável que me causaram muitos alumnos que se apresentam á escola em estado de completo desasseio, tanto do corpo como das vestes, sem falar na falta de cuidado com os cabellos, unhas, dentes e pés”. Dois anos depois, o inspetor, em considerações transcritas no relatório de Martinez (1923, p. 67), já apontava uma melhora nas condições de higiene de algumas instituições escolares: “observei notaveis progressos em alguns Grupos e Escolas, no que diz respeito ao asseio dos alumnos e á limpeza das salas de classe; apesar disso, muito teremos ainda de lutar pela carência de educação higienica e simples hábitos de asseio, factores elementares da hygiene escolar”. O papel educativo do Inspetor Médico-escolar foi ressaltado por Gomes (1926) como o principal dentro da escola, especialmente junto ao professorado, auxiliando-o para alcançar o máximo de eficiência no serviço de inspeção. Para ele, a preocupação do médico-escolar deveria ser sempre de mostrar a necessidade do asseio com base na higiene, o valor da saúde, conservada pela robustez e a profilaxia e tratamento das moléstias, acrescentando, sempre que possível, informações aos alunos sobre noções de higiene geral (da alimentação, da bocca, da vista) e noções elementares sobre os principais sintomas das doenças infecto-contagiosas e meios de evita-las.

“Conformar corpos e gestos”. Era a partir da IME que se adequavam as ações dos alunos, com seus dados se avaliava o desenvolvimento, seus pontos positivos e negativos. Dos pontos positivos, era importante o reforço do médico e do professor para que persistissem; dos negativos, a necessidade de modificação para uma melhora, a qual deveria se apresentar na próxima seção de Inspeção Médico-escolar, com um trabalho conjunto com o professor. A intenção era fazer do espaço escolar um meio de formação de novos hábitos e atitudes para os alunos, um espaço que educa, um território vivenciado e incorporado à experiência e à memória dos alunos. Isso, conseqüentemente, se estenderia à sua vida fora do ambiente escolar. Essa pretensão fica evidente na fala de Reis, destinada ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Xavier (1909), quando destaca que os prédios escolares, as salas e o mobiliário, como elementos de comparação com o conforto existente na sua casa, serviriam no futuro para o aluno procurar, se não sobrepujar, pelo menos igualar “nas condições de vida, aquillo que viram e observaram na casa destinada, não só a lhes fazer conhecer as letras do alphabeto, mas tambem os meios e modos de conseguir um sempre crescente bem estar physico, moral e intellectual”. Ainda: “por isso a escola hodierna deve ter todos os requisitos exigidos pela sciencia, e si não é possivel tudo fazer n’um momento, como reconheço, ao menos iniciemos uma reforma completa, dentro dos moldes mais amplos que a observação quotidiana tenha indicado como melhores” (p. 59).

Educação do corpo: espaço e currículo

No que se refere ao espaço escolar nos anos finais do séc. XIX e iniciais do XX, em Curitiba discutiram-se inicialmente as possibilidades de localização dos prédios escolares. Defendia-se que fossem em um local central, alto, de fácil acesso, seguro e equipado com o serviço de limpeza pública, dando ênfase à sua ventilação, distribuição de água e condições higiênicas e, ao mesmo tempo, distante de lixos, cemitérios, enfim, locais insalubres de freqüentes proliferações de moléstias infecciosas, que poderiam afetar a saúde dos escolares.

No Código de Ensino implementado a partir do início de 1917 constam em seu capítulo IX orientações quanto aos prédios escolares, principalmente no que diz respeito

à higiene escolar, organizando os prédios escolares em requisitos externos e internos. Quanto à primeira subdivisão, era previsto que a escola se encontrasse em local central em relação à população que destinava atender, sendo que o prédio deveria estar no centro do terreno, e limitado por muro ou gradil, circundado por pátios de ginástica e recreio, lavabos, privadas e jardins. Estava previsto ainda, ser de fácil acesso, seguro, longe de fábricas que emitissem ruídos e lugares insalubres e com solo drenado. Já em relação aos requisitos internos, as salas de aula deveriam ter forma retangular, destinando 1m²0 por aluno, com janelas retangulares, largas, altas e numerosas e serem afastadas das privadas, que deveriam ter água e aparelhos de ventilação. Outros espaços eram previstos, como um porão de altura nunca inferior a 1m50 entre o solo e o soalho, um compartimento próprio para um museu escolar e acondicionamento de trabalhos manuais e materiais, vestíbulo e entrada especial para sala de aula e comunicações interiores entre elas e “ter, enfim, todas as condições recommendaveis pela pedagogia e pela hygiene” (Paraná, 1917, p. 52-53).

Ao ser recomendada a localização da escola no espaço da cidade parece que “a produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente” (Viñao e Escolano, 2001, p. 28). A própria definição daquilo que é urbano, e a inscrição da escola nessa definição, denotam um dos vetores da modernização da instrução pública e da redefinição de novas formas de sensibilidade.

A principal discussão em relação à localização dos prédios escolares destinados aos grupos escolares na trama de Curitiba recaiu sobre o Grupo Escolar Xavier da Silva, em 1903, por ter sido construído no intuito de servir de modelo para posteriores fundações de outros grupos do Estado. A sua localização foi colocada em discussão por integrantes da Diretoria Geral de Instrução Pública por entenderem que o local não fosse apropriado para tal estabelecimento. Isso porque, segundo o próprio diretor geral de Instrução Pública, Cerqueira (1907, p. 20), o Grupo estava situado distante do centro, no extremo meridional da cidade, local de pequena densidade de população escolar. Entretanto, contraditoriamente, o Delegado Fiscal da 1.^a circunscrição escolar, Dr. Azambuja (1907), elogiava a localização, relatando ter ali uma população de 315 alunos de ambos os sexos, “demonstrando esta elevada frequencia a excelente collocação do predio com um centro de grande concurrencia de alumnos”. Elogiava e destacava a falta de outras instituições como aquela, o que solucionaria os problemas das escolas públicas da capital (p.63).

A defesa pela localização do edifício escolar numa região central, ou numa região de grande concentração habitacional era justificada pela facilidade de ação dos inspetores de ensino, a presença de um número maior de crianças a freqüentar a escola, bem como a fiscalização quanto aos preceitos de higiene. O fato é que, mesmo sendo retirado do centro da cidade, este Grupo recebeu um elevado número de alunos, o que contribuiu para que, mais tarde, as reclamações tratassem das condições do prédio, e não mais da sua localidade, para atender o grande número de crianças que ali freqüentavam (Gomes, 1921).

Encontrando-se num local de destaque no mapa da cidade, o Grupo Escolar conciliaria as questões políticas e educativas, dispondo, em tese, do que era de mais moderno na construção dos prédios destinados ao seu funcionamento. Esse era muitas vezes o discurso encontrado nos relatórios e códigos de ensino. Contudo, como percebemos no caso deste e de outros grupos escolares, essas pretensões ficaram muito aquém do desejado, tendo como principal motivo, as precárias condições financeiras do

Estado. O urbanismo e a arquitetura eram responsáveis por oferecer “uma completa cobertura para alcançar as finalidades da educação, passando a ser parte do programa pedagógico” (Viñao e Escolano 2001, p. 32), mesmo que as condições para isso não fossem as mais favoráveis, como no caso paranaense.

Mas o prédio escolar não teria só função simbólica como também estética que desempenharia na criança uma forma de educação dos sentidos. Defendia-se que os prédios escolares oferecessem um “aspecto agradável, porque a própria estética do edifício influe sobre o moral das crianças, contribuindo também para chamar as atenções e simpatias, tornando assim a escola um ponto atractivo, como convem” (Xavier, 1909, p. 17). Ainda compreendia-se a estética como forma de “despertar na criança impressões delicadas, tendentes a lhe desenvolver o sentimento do bello, apurando-lhe os sentidos na distribuição e escolha dos ornamentos técnicos e estéticos da classe, de modo que ella ahí se sinta a vontade, com o espírito aberto a aprendizagem, a missão desse modo se tornará mais real e mais productiva” (Santos, 1912, p. 8). De uma escola que no séc. XIX se constituía fundamentalmente pelos saberes elementares do ler, escrever e contar, com o passar do tempo, além do aumento quantitativo dos conhecimentos ensinados, a escola passava a compreender também a formação dos sentidos nos alunos. A estética dos prédios escolares passaria, então, a desempenhar a função de envolver a criança não só espiritual como fisicamente, educando o seu corpo.

O espaço escolar foi, sem dúvida, um componente fundamental para a conformação e o controle corporais necessários para os objetivos da escolarização e, por conseguinte, para o projeto de reforma da sociedade. Por meio dele, a criança teve suas primeiras noções do conhecimento do próprio corpo, a partir da experimentação das estruturas arquitetônicas, fontes de experiência e aprendizagem (Viñao e Escolano, 2001). O espaço escolar teve também papel de destaque no controle dos movimentos e contatos, visto que suas demarcações limitavam, por muitas vezes, ações e gestos. Isso tudo sem esquecermos que o próprio método prescrevia a lição de *cousas*, a qual se daria pela exercitação dos sentidos dos alunos.

Pode-se perceber que as orientações quanto à construção dos prédios escolares não foram integralmente respeitadas nem mesmo no primeiro grupo escolar construído em Curitiba. Entre sua inauguração em 1903 e a década de 1920, houve vários outros momentos nos quais se reivindicava a reforma desse estabelecimento de ensino devido, também, a problemas apresentados quanto ao seu ambiente interno. Esse caso não era exceção; era comum a acentuação dos problemas físicos e estruturais dos prédios dos grupos escolares nos relatórios de inspeção e de Instrução Pública. Para Martinez, em 1920, os prédios escolares “afastam-se dos preceitos pedagogicos modernos. Nas construcções escolares nem mesmo os detalhes podem ser menosprezados para que possam alliar commodidade e conforto, economia e condições hygienicas” (p. 27). No ano seguinte, o inspetor de ensino persistia sobre o assunto: “muitos dos predios escolares exigem reparos, alguns requerem modificação de vulto, em virtude dos defeitos de construcção e da má distribuição das salas que se communicam entre si, que não obedecem às devidas proporções e que são mal iluminadas” (Martinez, 1921, p. 23-24).

Observe-se que já em 1907 a precariedade dos espaços em relação à higiene era tratada em relatório apresentado ao Diretor Geral de Instrução Pública, Dr. Cerqueira, por Azambuja (1907), que denunciava a incompatibilidade do número de salas em relação ao de alunos que freqüentavam as escolas, concentrados em espaços reduzidos, “muitas vezes sem a precisa ventilação e sem a plena liberdade de

movimento”. Outro problema que dificultava a circulação dos alunos na sala de aula eram os “bancos-carteiras”, de antigo modelo, pesados e largos, não oferecendo as exigidas condições pedagógicas, geralmente planas, de uma só dimensão e sem elevação graduada e proporcional às idades das crianças, sem encosto, quando deveriam ter inclinação de 40° para leitura e 15 a 20° para escrita e com encosto para evitar posições viciosas e conservar a correta. Azambuja ainda prescrevia a alteração em algumas escolas da disposição do mobiliário, para auxiliar no recebimento da luz solar pelo lado esquerdo, pois quando mal projetada podia ocasionar moléstias do aparelho visual. No entanto, argumentava que em muitas escolas não podia agir dessa forma, por funcionarem em prédios particulares, nos quais a colocação das janelas contrariava “aos mais rudimentares principios higienicos” (p. 62).

Nada escapava ao escrutínio do zeloso servidor. O mobiliário escolar tem relativo destaque nos estudos e publicações sobre higiene devido a sua importância quanto a aquisições de hábitos viciosos que ele pode causar, já que incidem diretamente nos corpos dos escolares. Há também a preocupação com os aspectos físicos diretamente relacionados com a disposição dos móveis dentro da sala de aula, visto que, como apontado por Azambuja, a má distribuição de luz podia proporcionar aos alunos alterações em sua saúde. Mas mesmo fazendo parte das discussões de médicos e arquitetos ligados à educação desde o século XIX, pode-se notar a demora de décadas para adoção de vários dos preceitos higiênicos no âmbito do Paraná.

Educação do corpo: tempo e currículo

A questão da organização e uso do tempo escolar tem relações estreitas com a construção e os espaços escolares. Autores defendem a indissociabilidade do tempo e do espaço, pois é pelo tempo que se prova o espaço, ou é num determinado espaço que se percebe o tempo (Viñao e Escolano, 2001, p. 63). Com a implantação dos grupos escolares, houve também uma reordenação do tempo, ou seja, a implementação de um “novo” tempo, assim como um “novo” espaço, contrastando com o modelo até então vigente, que se adaptava à vida das pessoas. Era preciso que novas referências de tempos e novos ritmos fossem construídos e legitimados com o advento dos grupos escolares.

Em Curitiba, essa reorganização da Instrução Pública primária teve destaque no relatório de Martinez (1920). O inspetor relata que foi após os grupos passarem a um regime de inteira independência, que passaram a funcionar com mais regularidade, distribuindo melhor o tempo, organizando mais criteriosamente suas classes e entregando-as aos professores de acordo com as exigências pedagógicas. Entre os pontos ressaltados no relatório, destaca-se a melhor distribuição do tempo adquirida com a independência dos grupos escolares frente às outras escolas. No entanto, a individualização no tratamento dos grupos escolares pode ser entendida também como uma forma de controle mais efetivo desse modelo escolar a partir da figura do diretor.

Do ano de 1917, localizou-se uma solicitação de aprovação de uma proposta de horário para as escolas curitibanas – supostamente para o grupo escolar modelo, pois seu autor era o diretor daquele estabelecimento de ensino – levando-se em conta as necessidades pedagógicas e do meio curitibano (do ponto de vista climático). Infelizmente, não encontramos o documento que deveria estar anexo ao pedido. Mas podemos identificar por meio da correspondência as proposições que se faziam presentes ao propor um horário escolar “no intuito de satisfazer o mais sublime apanágio dos modernos cursos de instrução primaria” (Sigwalt, 1917, s.p.): 1º sendo

um só período, impediria o aluno faltar depois de responder a chamada; 2° pedagogicamente seria o melhor período, pois a acuidade cerebral atinge o máximo de percepção e atenção; 3° não haveria prejuízo, visto que seria o mesmo número de horas de aula; 4° o aluno não teria outra preocupação que não o estudo; 5° no inverno o horário não alteraria e o aluno não sofreria os rigores da estação; 6° os alunos que moram longe da escola, não teriam dificuldades de chegar à hora precisa; 7° o organismo infantil não sofreria com as conseqüências de uma alimentação feita às pressas.

Segundo o que transcreve o Código de Ensino do mesmo ano, o ensino primário era dividido em quatro séries graduais. No art. 56 a organização dos horários pautava-se na divisão em duas seções, havendo entre elas uma hora destinada ao almoço e repouso dos professores e alunos, sendo que a primeira seção funcionaria das 9 às 11 horas e a segunda das 12 e meia às 14 e meia, com 35 minutos de recreio para cada seção. Especialmente está prevista a avaliação de situações particulares, conforme as condições do meio social e do clima do lugar onde a escola funcionava, podendo o Conselho Superior estabelecer horário de exceção.

Entre as argumentações postas por Sigwalt (1917) para a defesa da mudança do horário para outro mais concernente à realidade das crianças e da escola, destacam-se as relativas à alimentação (7.º) e ao maior aproveitamento do aluno (2.º). A alimentação apareceu como uma preocupação dos médicos higienistas no Brasil desde o século XIX. Gondra (2004), ao discorrer sobre o modelo adotado pela medicina ao se referir aos problemas educacionais, encontrado em três teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que, no entender do autor, representa uma espécie de “organizador do discurso médico no que diz respeito às representações acerca da educação” (p. 161), destaca como um de seus itens a *Ingesta*. A alimentação era “variável em virtude de climas, riqueza e civilização dos povos” e, portanto “configura-se como um aspecto obrigatório na agenda dos higienistas, e para a qual o médico não poderia ficar indiferente, já que se encontrava intrinsecamente vinculado à questão da saúde pública...” (p. 191).

Os registros do Código de Ensino, que serve como prescrição organizadora da própria vida escolar, são válidos para compreendermos o discurso referente ao tempo escolar, mesmo que não fosse adotada essa nova organização do tempo. Uma indicação da não aprovação daquela solicitação pode ser analisada a partir de outro ofício, do mesmo ano, do Inspetor Escolar (Ferreira, 1917). Respondendo a pedidos dos professores das escolas, propõe a alteração do horário de um Grupo e uma escola mista para 8h às 12h30. Ferreira teve seu pedido negado com a justificativa de contrariar o Código de Ensino de 1917, embora nele estivesse presente a possibilidade de modificação.

Nesse documento fica evidente a preocupação com a necessidade de intervalos entre atividades intelectuais para o descanso da mente e o tempo destinado a cada atividade escolar, aparecendo esses dispositivos de forma bem definida no decorrer do texto. Destacam-se ainda os intervalos para o almoço, para descanso dos professores e alunos e para o recreio. Estes tinham determinações advindas dos preceitos higiênicos, tendo em vista que o cronograma era concebido no seu apuro de racionalização não apenas por questões de organização, mas pensando na saúde mental e física do aluno e do professor.

Como se pode perceber, a higiene apareceu como integrante do currículo escolar de diversas formas. Muitas vezes não definida como disciplina escolar, mas incorporada nas questões do controle, da disciplina e (con)formação mediante espaços e tempos escolares. A higiene no currículo seria um meio de inculcar novos hábitos e costumes à

classe escolar. Aqui cabe o entendimento de Carvalho (1997), quando compreende a higienização como um modo de disciplina, no sentido de comportamento, ordem, obediência, sendo que disciplinar não representaria mais a prevenção ou correção, mas teria a função de “moldar”. Permanece a pergunta: dado o modelo prevalecente de escolarização de massas, poderia ser diferente? Ou esse modelo já seria uma impostura diante dos imperativos da formação de um “homem novo” para um “mundo civilizado”?

Referências bibliográficas:

CARVALHO, M. M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS (org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 1997, p. 269-287.

FARIA FILHO, L. M. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES; MACEDO (orgs.). Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.13-35.

GONDRA, J. G. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LINHALES, Meily Assbú. A escola, o esporte e a “energização do caráter”: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

VAGO, T. M. Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIÑAO, A.; ESCOLANO, A. Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Fontes:

ARCHIVOS PARANAENSES DE MEDICINA. Revista de Medicina Experimental e de Higiene. Curitiba, ano 1, nº 7, 1920.

AZAMBUJA, L. Relatório sobre o movimento das escolas públicas em 27 de dezembro de 1907. Curitiba: Typ. D’A Republica, 1907.

CERQUEIRA, A. P. Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba: Annibal Rocha & Cia, 1907.

FERREIRA, João de Sousa. Ofício ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba: AP 1651, 12 de março de 1917.

FONTENELLE, J. P. Organização Sanitária Escolar. O Ensino. Curitiba: Inspeção Geral de Ensino, ano III, nº 1, agosto de 1924.

GOMES, M. Relatório do Serviço de Inspeção Médico-Escolar relativo ao período de funcionamento em 1921. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1921.

_____. Relatório do Serviço de inspeção medico-escolar correspondente ao período de janeiro a julho de 1926. Curitiba, 1926.

JANNEY, J. H. Plano e desenvolvimento do serviço sanitário municipal no Brasil. Annaes do 1º Congresso Brasileiro de Hygiene. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas Graphics da Inspeção de Demographia Sanitaria, 1926, p. 246-256.

MARTINEZ, C. P. Relatório apresentado ao Secretário Geral de Estado. Curitiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1920.

_____. Relatório apresentado ao Secretário Geral de Estado. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1921.

_____. Relatório apresentado ao Secretário Geral de Estado. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1923.

PARANÁ. Código do Ensino do Estado do Paraná. Decreto n. 17. Curitiba: Typ. D'A Republica, 9 jan. 1917.

PETRICHE, J. W. Relatório apresentado ao Diretor Geral de Instrução Pública do Paraná. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1908.

SANTIAGO, M. Relatório apresentado ao Dr. Secretario do Interior. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1909.

SANTOS, C. R. F. Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrucção Publica em 1912. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1912.

SIGWALT, T. Ofício ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba: AP 1646, 29 de janeiro de 1917.

SILVA, C. N. Relatório apresentado ao secretario dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1917.

XAVIER, L. Necessidade da pedagogia moderna. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). I CNE: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 65-73.

XAVIER, L. A. Relatório apresentado ao presidente do estado em 31 de dezembro de 1909. Curitiba: Typ. D'A Republica, 1909.

Lausane Corrêa Pykosz
Rua Mato Grosso, 200 ap: 48H
CEP: 80.620-070
Bairro Água Verde. Curitiba-Paraná
lausaneufpr@yahoo.com.br